



O DIREITO EM PERSPECTIVA

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)



O DIREITO EM PERSPECTIVA

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito em perspectiva / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0030-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.301222203>

1. Direito. 2. Leis. 3. Constituição. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO EM PERSPECTIVA**, coletânea de vinte e nove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, seis grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos do direito; estudos da violência, do direito penal e da justiça restaurativa; estudos em direito do trabalho; estudos em direito ambiental; direito e tecnologia; além de outras temáticas.

Estudos do direito traz análises sobre liberdade, direitos humanos, direito achado na rua e análise econômica do direito.

Em estudos da violência, do direito penal e da justiça restaurativa são verificadas contribuições que versam sobre violência de gênero, medidas sancionatórias, investigação criminal, neurociência e comportamento criminoso, violência doméstica, inquérito policial e justiça restaurativa.

Estudos em direito do trabalho aborda questões como exploração do trabalho, terceirização e compliance, mulher negra e mercado de trabalho.

Estudos em direito ambiental contempla discussões sobre impactos ambientais e maus-tratos a cães e gatos.

Direito e tecnologia traz conteúdos de modelos de cidade inteligente, valoração da culpa e acesso à justiça.

No quarto momento, outras temáticas, temos leituras sobre educação, saúde, seletividade tributária, contratos, proteção autoral e direito do mar.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS TRÊS CONCEPÇÕES DE LIBERDADE NA OBRA O “O DIREITO DE LIBERDADE” DE AXEL HONNETH

Elisandro Desmarest de Souza

Fernando Danner

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222031>


CAPÍTULO 2..... 12

O FENÔMENO *SHITSTORM* E O SEU POTENCIAL DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Alexsander Honorato de Souza

Geel Wanderson Araújo Coelho


Osvaldo Vanderley de Sousa Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222032>

CAPÍTULO 3..... 24

O DIREITO ACHADO NA RUA: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS DIFERENTES TIPOS DE DIREITO


Josué Carlos Souza dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222033>

CAPÍTULO 4..... 34

CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PARA SOCIEDADE

Leydilene Batista Veloso


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222034>

CAPÍTULO 5..... 49

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: HISTÓRICO, MIGRAÇÃO VENEZUELANA E PANDEMIA

Martha Klívia de Luna Torres

Rodrigo Bezerra Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222035>


CAPÍTULO 6..... 56

LA VIOLENCIA DE GÉNERO Y LA RESPONSABILIDAD PENAL DE LA PERSONA PROCESADA EN EL ECUADOR

Paola Aycart Vicenzini Mata

María del Pilar Sánchez Ubilla

Teresa López Mendoza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222036>

CAPÍTULO 7..... 66

A POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DAS MÚLTIPLAS MEDIDAS SANCIONATÓRIAS INSTAURADAS SOB O MESMO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO COMO CAMINHO

PARA MINORAR OS RISCOS DO BIS IN IDEM

Jean Colbert Dias

Anderson Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222037>

CAPÍTULO 8..... 85

OPERAÇÃO *EXCEPTIS*: UM ESTUDO DE CASO CONTEMPLANDO ANÁLISE DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PROCEDIMENTAIS

Antenor C Rego Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222038>


CAPÍTULO 9..... 96

NEUROCIÊNCIA E O COMPORTAMENTO CRIMINOSO: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO PENAL

Pablo Martins Bernardi Coelho

Ana Beatriz Camargo

Marcella Ubeda Lui

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3012222039>

CAPÍTULO 10..... 107

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS MILITARES E A APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS PROTETIVOS DO DIREITO CASTRENSE

Jeferson Agenor Busnello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220310>


CAPÍTULO 11..... 123

NULIDADES NO PROCESSO PENAL: O INQUÉRITO POLICIAL E SUAS “MERAS IRREGULARIDADES”

Samuel Antonio Aguiar Omena

Isabella Lira de Matos

Carlos Helder Carvalho Furtado Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220311>

CAPÍTULO 12..... 134

JUSTIÇA RESTAURATIVA E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: REFLETINDO SOBRE PROCESSOS DIALOGAIS E CULTURA DE PAZ

Marina Della Méa Vieira

Joana Patias Goi

Ester Eliana Hauser

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220312>

CAPÍTULO 13..... 147

A RELEVÂNCIA DA APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SOCIEDADE PONTAGROSSENSE: CAMINHOS E DESAFIOS

Fabiana Odete da Silva dos Santos

Gilmara Aparecida Rosas Takassi

Carla Simone Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220313>

CAPÍTULO 14..... 164

SOBRE O DIREITO A SER LIVRE: CONTORNOS HISTÓRICO-RACIAIS SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O EXEMPLO COMBATIVO DE DOM PEDRO CASALDÁLIGA NA LUTA PELA ERRADICAÇÃO ÀS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESCRAVIDÃO

Thaisy Perotto Fernandes

Ivo Canabarro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220314>

CAPÍTULO 15..... 178

TERCEIRIZAÇÃO E COMPLIANCE TRABALHISTA: INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS

Letícia Vasconcelos De Bortoli


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220315>

CAPÍTULO 16..... 188

UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A GUETIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Maria Isabel de Sousa Lopes

Patrícia Tuma Martins Bertolin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220316>


CAPÍTULO 17..... 203

OS DESAFIOS E LIMITES DOS INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE COMO FORMA DE REDUZIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS

William Picoletto Fibrans

Ana Paula Coelho Abreu dos Santos


Neuro José Zambam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220317>

CAPÍTULO 18..... 211

CRIME QUALIFICADO DE MAUS-TRATOS CONTRA CÃES E GATOS: REFLEXÕES SOBRE A LEI FEDERAL 14.064/2020

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220318>






CAPÍTULO 19..... 227




MODELOS DE CIDADE INTELIGENTE E EMPRESAS CAPITALISTAS DE PLATAFORMA MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS

Joseane Kador Balestrim

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220319>

CAPÍTULO 20	242
(H)Á DIFERENÇA NA VALORAÇÃO DA CULPA DE QUEM APENAS DISPONILIZA INFORMAÇÃO INVERIDICA NO AMBIENTE VIRTUAL?	
Natércia Daniela Alflen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220320	
CAPÍTULO 21	249
O ACESSO À JUSTIÇA: “JUÍZO 100% DIGITAL” E OS DESAFIOS NO INTERIOR DO AMAZONAS	
Rayssa Lopes da Silva Tavares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220321	
CAPÍTULO 22	256
DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO SOB O PRISMA DA HISTÓRICA LEI 11.161/2005	
Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama Graziani França Claudino de Anicézio Márcia Sepúlveda do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220322	
CAPÍTULO 23	264
O PAPEL DO PROFESSOR NA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: TRANSMISSÃO OU PRODUÇÃO DO SABER?	
Celso Augusto Nunes da Conceição	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220323	
CAPÍTULO 24	275
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GOIÁS: ANÁLISE DAS DEMANDAS JUDICIAIS ENTRE 2017 E 2021	
Mariana Coelho Cândido José Victor Assunção Emerson Gervásio de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220324	
CAPÍTULO 25	287
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESSENCIALIDADE NO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE TRIBUTÁRIA	
Gabriela Barbosa Rodrigues Giovana Fujiwara Nathan Gomes Pereira do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220325	
CAPÍTULO 26	301
CONTRATOS COLIGADOS	
Camila Nava Aguiar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220326	

CAPÍTULO 27	335
PROTEÇÃO AUTORAL PARA MODELOS DE VESTUÁRIO? (AC. DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA NO CASO COFEMEL/G-STAR (C-683/17) DE 12.09.2019)	
Maria Victória Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220327	
CAPÍTULO 28	351
DIREITO DO MAR: O TRANSPORTE MARÍTIMO DE PRODUTOS IMPORTADOS E A APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO MEIO DE MITIGAR O IMPACTO AMBIENTAL MARINHO	
Anna Carolina Alves Moreira de Lacerda	
Edwiges Carvalho Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220328	
CAPÍTULO 29	359
DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA: O PRIMEIRO CASO DE JUSTIÇA TRANSFRONTEIRIÇA EM RONDÔNIA	
Paulo Cesar de Lara	
Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.30122220329	
SOBRE O ORGANIZADOR	367
ÍNDICE REMISSIVO	368

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: HISTÓRICO, MIGRAÇÃO VENEZUELANA E PANDEMIA

Data de aceite: 01/03/2022

Martha Klívia de Luna Torres

Bacharel em Direito. Especialista em Direito Constitucional. Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Mestranda em Sociedade e Fronteira pela UFRR

<http://lattes.cnpq.br/3258085261258885>

Rodrigo Bezerra Delgado

Bacharel em Direito. Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFRR. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)

<http://lattes.cnpq.br/2523932777845716>

<https://orcid.org/0000-0002-5845-9581>

Resumo apresentado ao GT MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS: O ACOLHIMENTO E A GARANTIA DE DIREITO, no IV Congresso Internacional DHJUS – Justiça, democracia e reconstrução. Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

RESUMO: O presente resumo é originado do projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado Sociedades e Fronteira da Universidade Federal de Roraima. No projeto se objetiva verificar a efetividade no cumprimento da medida protetiva de urgência de distanciamento/afastamento do agressor dentro dos abrigos destinados às famílias de migrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista - Roraima entre os anos 2019 e

2020. Assim, um dos pontos da pesquisa que está em elaboração é traçar um breve histórico sobre a violência de gênero praticada contra a mulher e suas raízes históricas, estabelecendo quão enraizada está a violência contra a mulher, colacionando algumas citações importantes e profundas sobre a temática, abordando ainda a condição da mulher migrante, em especial a venezuelana e, por fim, os efeitos da pandemia neste contexto de violência de gênero. Este é o objetivo do resumo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência – Gênero – Mulher – Migrante.

GENDER VIOLENCE: HISTORY, VENEZUELAN MIGRATION AND PANDEMIC

ABSTRACT: This abstract originates from the research project presented to the Societies and Frontier Master's Degree at the Federal University of Roraima. The project aims to verify the effectiveness in complying with the urgent protective measure of distancing/removal of the aggressor within the shelters intended for families of Venezuelan migrants in the city of Boa Vista - Roraima between 2019 and 2020. Thus, one of the points of the research that is being elaborated is to draw a brief history on gender violence practiced against women and its historical roots, establishing how deep-rooted violence against women is, collating some important and profound quotes on the subject, also addressing the condition of migrant women, especially Venezuelan and, finally, the effects of the pandemic in this context of gender violence. This is the purpose of the summary.

KEYWORDS: Violence – Gender – Female – Migrant.

O presente resumo é originado do projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado Sociedades e Fronteira da Universidade Federal de Roraima. No projeto se objetiva verificar a efetividade no cumprimento da medida protetiva de urgência de distanciamento/afastamento do agressor dentro dos abrigos destinados às famílias de migrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista - Roraima entre os anos 2019 e 2020.

Assim, um dos pontos da pesquisa que está em elaboração é traçar um breve histórico sobre a violência de gênero praticada contra a mulher e suas raízes históricas, estabelecendo quão enraizada está a violência contra a mulher, colacionando algumas citações importantes e profundas sobre a temática, abordando ainda a condição da mulher migrante, em especial a venezuelana e, por fim, os efeitos da pandemia neste contexto de violência de gênero. Este é o objetivo do resumo.

O tema se torna de extrema relevância em face do intenso movimento migratório que vem passando o Estado de Roraima desde o ano de 2015, com volumosa movimentação de pessoas oriundas da Venezuela que atravessam a fronteira em direção ao Brasil, fugindo do seu país.

Pois bem.

Ferreira Júnior, A. P. (2018) afirma que *“não é possível precisar quando a ideia de feminilidade foi considerada inferior em relação à masculinidade, mas tal ideia foi levada adiante de modo a ser encontrada tal concepção nos pensadores contratualistas”*.

Segue, ainda, afirmando, ao tratar da obra “O contrato sexual” de Carole Pateman, que alguns pensadores possuem uma visão de inferioridade em relação ao ser da mulher, e que nesta obra a autora traz uma série de argumentos que direcionam a visão aludida.

Sobre a temática, importante destaque à resenha escrita por Juliana Torres Pires (2019) sobre o livro Calibã e a Bruxa, da escritora italiana Silvia Federec, donde se depreende que a partir de um percurso analítico histórico é revelado *“a discriminação e desigualdade em relação às mulheres no mundo capitalista não é uma herança do mundo “pré-moderno”*.

Na verdade constitui uma formação do capitalismo, alicerçado sobre as diferenças sexuais existentes e atreladas às novas funções sociais, tendo como início o surgimento da propriedade privada.

Pires (2019) revela, ainda, que para Federici *“a história das mulheres é a história de classes, pensando o fato de que na sociedade capitalista, a “feminilidade” foi construída como uma função trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico”*.

Por fim, revela ainda que, no contexto do livro indicado, que Mulheres significa *“não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve*

reconsiderar a história das relações capitalistas”.

Partindo da premissa acima, observa-se o que escreveu Carnoy (1988) ao lembrar que Rosseau “argumentou que o sucesso do contrato social, a partir do qual a vontade geral poderia ser exercida, dependia de uma sociedade de pequenos proprietários”.

Isto significava para o próprio Rosseau, ainda segundo Canoy (1988), um “Estado que estava ativamente envolvido na prevenção da desigualdade em desenvolvimento”.

Tão ricos são os textos sobre a forma de como o capitalismo influenciou negativamente o crescimento da violência contra a mulher que inúmeros autores debruçam-se sobre o assunto sem que a narrativa por vezes repetida torna-se enfadonha ou perde o caráter atual e urgente quanto à discussão.

E é interessante e necessário observar como a opressão reflete o estranhamento dos seres humanos entre si, porquanto as relações de produção promovem um distanciamento da humana essência, esta que torna os seres humanos comuns, correspondentes, semelhantes, similares uns aos outros.

Assim se vê o abismo que está instaurado entre a essência humana e as vivências e ligações do dia a dia a que é submetido o ser humano no modo de produção capitalista, por causa da influência do estranhamento nas relações produtivas e sociais.

Como bem escreveu Silveira e Costa (s/d), “as desigualdades de gênero que perpassam a sociedade encontram-se ainda latentes em pleno século XXI, mesmo após as conquistas históricas do movimento feminista”.

Na verdade, essas desigualdades atingem a totalidade da vida feminina, e se vê com maior ênfase no que concerne sendo a introdução ao mercado de trabalho, já que esta se constitui uma das principais vertentes discriminatórias sofridas pelas mulheres.

Assim, a exploração do sexo feminino se dá de um lado sob a dominação masculina e de outro pelo sistema capitalista, o qual detém, na sua essência, uma ideologia patriarcal de gênero

Por fim, afirma Silveira e Costa (s/d) que “a submissão da mulher a esse tipo de exploração deve-se, em grande parte dos casos, à necessidade de assumir o sustento do lar.

E deve se somar a isso o fato que as mulheres trabalhadoras, frequentemente não terem o devido acesso a estudo e qualificação profissional.

A violência de gênero é uma concepção de tríplice aspecto histórico, social e econômica que não nasce no capitalismo, porquanto anterior a ele.

Segundo Saffioti, “a identidade social da mulher, assim como do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade quer ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

E é orientada pelo patriarcado cujo principal efeito e expressão se dá pela agressão do homem contra a mulher não só na forma física, mas, também psicológica, sexual, moral, patrimonial, entre outras formas de violência de forma a validar e fortalecer a ideia do

gênero feminino como inferior, frágil, dependente do homem, inabilitada para decidir sobre sua própria vida e, sobretudo, sem condições de questionar destinação historicamente preestabelecida pelo fato de ser mulher.

Vê-se, assim, que a violência de gênero fere a essência humana porquanto discrimina, diminui e prejudica as mulheres na medida em que retira direitos que impossibilitam de serem seres humanos em si e para si.

Porém, é preciso entender as origens para buscar alternativas mais eficazes no combate a violência, no caso em questão, aquela perpetrada contra a mulher.

A ocorrência da violência doméstica e familiar contra a mulher independe de raça, idade e condição social, no entanto os estudos nos indicam que é mais latente em contextos de pobreza e desigualdade social, sendo o capitalismo um reforço das ideias apresentadas numa sociedade patriarcal situando a violência contra a mulher como uma manifestação da questão social, de tal maneira que no Brasil é identificada também como uma questão de saúde pública.

E se as mulheres já amargam toda sorte de violência, some-se a essa condição o fato de ser migrante.

Pessoas, em especial, mulheres migrantes forçadas, que se viram obrigadas a deslocar-se por condições estruturais (conflitos armados, crises econômicas ou ambientais, violências relacionadas ao gênero), geralmente são integrantes de populações marginalizadas, e o fato de se tornar migrante produz ainda mais vulnerabilização, o que torna ainda mais latente a violação de direitos humanos.

E além de vulnerabilizadas, as mulheres migrantes terminam por procurar menos ajuda dos órgãos oficiais quando vítimas de situações de violência, isso porque muitas não alcançam a segurança que desejam no local de destino, continuando assim submetidas a discriminações relacionadas a seu papel social de gênero, a qual tender a ser agravada pela condição de estrangeira.

Não se pode também deixar de ressaltar que muitas mulheres ainda sofrem com novas desigualdades e opressões que não aconteciam no país natal, muitas dessas relacionadas à raça, cultura e/ou etnias. Isso acontece porque existem comunidades imigrantes que se encontram isoladas cultural e socialmente, o que culmina por constranger a mulher na procura de intervenção oficial com intuito de resolver a situação de violência na qual se encontra. Nestes casos, a linguagem pode ser uma barreira muito significativa na tentativa destas mulheres procurarem ajuda.

E além da barreira linguística tem-se ainda a falta de rede de apoio, medo de revitimização, aliado ao tratamento diferenciado sofrido pela condição de migrante nos serviços de saúde e a desconfiança quanto aos serviços estatais. Todos esses acontecimentos são fatores que desencorajam a denúncia e essa situação é ainda pior para mulheres em situação irregular.

Neste aspecto relacionado ao gênero, destacam-se as lições trazidas pelo

ecofeminismo que se relaciona intimamente com a interculturalidade conforme escreveu Medina (2019) ao afirmar que *“esa comprensión del género como una construcción se basa en aspectos sociales, culturales, económicos, políticos y psicológicos, ampliando las posibilidades de los enfoques históricos.”*

Com isto surge a necessidade de uma análise conjunta da vinculação do gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação.

E completa Medina (2019) afirmando que *“la percepción del género como una relación compleja y sociocultural implicaba que la acción de rastrear a las mujeres en la Historia no era simplemente una búsqueda de cierto aspecto antes olvidado”*.

Na verdade, só invés, era uma relação entre seres e grupos humanos cujo s problemas haviam sido omitidos anteriormente.

Sobre a relação entre a violência e patriarcado, Duarte e Oliveira (2012) afirmam, no tocante a violência nas relações de intimidade, que diversos estudos que a prática desta se dá *“na sua grande maioria, por homens sobre mulheres e as causas desta violência remontam a uma construção social de desigualdade de gênero e a uma estrutura social assentada em concepções patriarcais”*.

No mesmo sentido, são as lições de Silveira e Costa (s/d) ao afirmar que *“concepções estas que ainda hoje se aviventam na sociedade e contam com o reforço do sistema capitalista na opressão e subjugação das mulheres, continuando bastante enraizadas no imaginário coletivo”*.

A mulher migrante, notadamente àquela que mora com sua família em um abrigo e sofre uma violência praticada por seu companheiro, a quem recorre para vê cessar aquela situação-limite que está enfrentando?

Relevante também é compreender que muitas mulheres migrantes vêm de países extremamente machistas e conviveram a vida toda com essa cultura, resultando numa “normalização” dessas violências. E mais. Alguns desses países donde as migrantes se originam sequer detêm legislação as protejam em situações de violência doméstica e familiar, e, por tal fato, não estão habituadas com a Lei Maria da Penha.

E como bem revela Duarte e Oliveira (2012) *“o receio de represálias, o sentimento de vergonha, a dependência econômica, o medo de perder os filhos, entre outros aspetos igualmente relevantes, contribuem para que a violência permaneça no espaço familiar e não seja denunciada”*

Daí se depreende que o trajeto a ser percorrido pelas mulheres vítimas de violência é, quase sempre, longo e solitário e no que concerne a mulher migrante, esse trajeto pode ser maior ainda.

No contexto local do Estado de Roraima, verifica-se que a partir de 2015 ocorreu uma intensificação da migração advinda da Venezuela, culminando com forte repercussão nos setores sociais, econômicos, saúde, segurança pública e educação. Migração esta que se acentuou nos últimos anos e carregou consigo de forma consequencial repercussão

também na órbita da violência doméstica tendo como partes, vítimas e agressores venezuelanos.

Como se não bastasse à migração intensa, no ano de 2020 fomos, e ainda estamos assolados pela pandemia do novo coronavírus – COVID 19.

É sabido o aumento da violência contra as mulheres nos tempos de pandemia pelo novo coronavírus principalmente em função do isolamento social. Tanto é assim que Hickman e Lorenzi (2020, p.75) afirmam que “*diminuindo o contato social da vítima com seus familiares e amigos, reduzem-se também as chances dessa vítima mulher, procurar redes de apoio e ajuda, para que consiga sair deste ambiente de violência doméstica*”.

Isto se dá com maior ênfase nas famílias menos favorecidas, que, regra geral, residem em pequenos e aglomerados espaços (no caso das mulheres migrantes no Estado de Roraima, muitas vezes em abrigos coletivos), levando, por consequência a um aumento dos casos de violência e diminuição das denúncias contra os agressores.

Disto posto, percebe-se que a luta pela igualdade de gênero redunde na luta pela emancipação humana, por entender que em ambas as frentes de luta o que está em questão, cientificamente falando, é a dissolução do estranhamento, ou seja, de relações produtivas e sociais pautadas na expropriação, alienação, exploração e dominação.

Entende-se que o enfrentamento dessa situação só se dará através de uma educação que empodere os sujeitos, comprometida na capacitação desses para a problematização da ordem social atual. A intenção não é eximir o Estado de suas responsabilidades, mas capacitar as pessoas, e nessa discussão especificamente as mulheres, para exigir do mesmo e da sociedade em geral a garantia e ampliação de direitos.

REFERÊNCIAS

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. [pp. 19-62]

DUARTE, Madalena e OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia*, Porto, v. 23, p. 223-237, jun. 2012. Disponível em . acessos em 20 jun. 2021.

HICKMANN, Ana Luísa; LORENZI, Amanda Eduarda da Silva. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E O CONTEXTO DA COVID 2019. In: RODRIGUES, dos Santos Francilene; PEREIRA, Cunha Mariana; MORAIS, de Isidoro Maria Vângela; STAEVIE, Marcelo Pedro. (Org.). ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM REGIÕES DE FRONTEIRA: MIGRAÇÃO, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE PANDEMIA. Boa Vista: EDUFRR, 2020. p. 68-79.

FERREIRA JÚNIOR, A. P. (2018). GÊNERO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE O SER DA MULHER E OS PAPÉIS CONSTRUÍDOS EM SOCIEDADE. *Sapere Aude*, 9(17), 309-318. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2018v9n17p309-318>.

MEDINA ARJONA, Encarnación. «Ecofeminismo e interculturalidad». En *Feminismo/s*, 34 (diciembre 2019): 199-214. Dossier monográfico: Estado actual de la investigación en Literatura francesa y Género: balance y nuevas perspectivas / État présent de la recherche en Littérature française et Genre: bilan et nouvelles perspectives, coord. Ángeles Sirvent Ramos, DOI: 10.14198/fem.2019.34.09.

PIRES, Juliana Torres. Resenha de Livro “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, de Silvia Federici. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC- Rio Rio de Janeiro*, v. 12, n. 22, p. 210-214, jan.-jun. 2019 ISSN 1983- 3644 Página210. Disponível em: <http://geopuc.geo.pucrio.br/media/RESENHA%20DE%20LIVRO%20%E2%80%9C%20Calib%C3%A3%20e%20a%20bruxa%20mulheres,%20corpo%20e%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20primitiva%E2%80%9D.pdf> Acessado em 04/05/2021.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna; Coleção Polêmica, 1987.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda e COSTA, Renata Gomes da. *Patriarcado e capitalismo: Binômio dominação-exploração nas relações de gênero*. s/d

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à justiça 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Ambiente virtual 14, 242, 246

Análise econômica 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 48

C

Cidade inteligente 227, 229, 230, 231, 232, 233, 240

Compliance 178, 181, 182, 183, 185, 186, 187

Comportamento criminoso 96, 106

Contratos 22, 29, 36, 37, 40, 41, 42, 82, 114, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 326, 327, 328

Culpa 87, 135, 138, 155, 157, 184, 242, 246, 321, 345

D

Direito 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 105, 106, 107, 111, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 137, 145, 147, 152, 156, 159, 162, 164, 166, 170, 176, 178, 186, 190, 193, 196, 200, 201, 203, 207, 209, 211, 213, 222, 223, 224, 226, 243, 244, 245, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 260, 261, 263, 264, 266, 270, 272, 275, 276, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 295, 296, 300, 302, 303, 304, 305, 309, 311, 312, 316, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 330, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 362, 365, 367

Direito achado na rua 24

Direito do mar 351, 352, 354, 355, 356, 358

Direito penal 23, 41, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 96, 97, 105, 106, 107, 117, 120, 121, 122, 123, 152

Direitos humanos 2, 12, 13, 14, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 49, 52, 54, 67, 72, 82, 92, 94, 122, 138, 151, 156, 164, 166, 170, 201, 243, 248, 251, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 367

E

Educação 28, 31, 42, 46, 49, 53, 54, 98, 101, 114, 132, 145, 153, 185, 188, 193, 198, 210, 230, 232, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 286, 367

Escravidão 29, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 177, 191, 192, 198

Exploração do trabalho 164, 168

G

Guetização 188, 190

I

Impactos ambientais 203, 355, 356

Inquérito policial 88, 89, 90, 91, 113, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 218, 221

Investigação criminal 85, 86, 91, 92, 93, 94, 104

J

Justiça restaurativa 134, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

L

Liberdade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 42, 99, 110, 127, 128, 131, 142, 143, 144, 152, 158, 165, 166, 168, 169, 170, 176, 191, 192, 210, 219, 221, 242, 243, 244, 245, 247, 267, 297, 301, 303, 304, 305, 308, 311, 330, 339, 340, 344, 345

M

Maus-tratos 170, 211, 212, 213, 214, 216, 218, 220, 225

Medidas sancionatórias 66, 68, 76, 78, 81

Mulher negra 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 200, 201

N

Neurociência 96, 97, 98, 106

P

Perspectiva 2, 3, 4, 5, 6, 32, 46, 50, 92, 98, 123, 126, 136, 137, 139, 142, 149, 153, 154, 155, 162, 169, 171, 178, 211, 213, 250, 252, 264, 292, 327, 352, 353, 355

Proteção autoral 335, 343, 344, 347, 348, 349

S

Saúde 31, 42, 46, 52, 53, 101, 111, 112, 122, 153, 165, 173, 198, 205, 230, 238, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 292, 296, 298, 300, 319, 331, 354, 355

Seletividade tributária 287, 288, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300

T

Tecnologia 21, 168, 172, 230, 231, 232, 240, 244, 251, 253, 254, 256, 271, 272, 286, 351, 352, 354, 355, 356, 365

Terceirização 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 193, 237

Trabalho 12, 14, 22, 28, 29, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 74, 107, 109, 110, 112, 123, 124, 131, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 212, 226, 231, 232, 234, 235, 237, 239, 241, 242, 249, 256, 258, 259, 260, 261, 265, 276, 300, 301, 302, 305, 311, 359

V


Violência 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 98, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 134, 135, 136, 140, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 161, 162, 173, 219, 221, 243, 360

Violência de gênero 49, 50, 51, 52, 54, 108, 110


Violência doméstica 52, 53, 54, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 158, 162




O DIREITO EM PERSPECTIVA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O DIREITO EM PERSPECTIVA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 